

AS REPRESENTAÇÕES DE ENSINO, ESCOLA E ALUNO NAS CARTAS DE MANUEL DA NÓBREGA (1549-1559)

Marcos Roberto de Faria - PUC/SP¹

Eixo2: História e profissão docente

Introdução

O escopo central do texto em questão se baseia na descrição das representações de ensino, escola e aluno que se efetuam nas cartas de Manuel da Nóbrega², jesuíta do século XVI, no período de 1549 a 1559. As cartas do autor são, pois, a *fonte* da qual faço uso nesse texto. No entanto, o volume de suas missivas é grande. Nesse sentido, o critério que adoto para a delimitação do *corpus documental* de que faço uso é a entrada ensino, escola e aluno. Pretendo, por conseguinte, buscar essas informações independentemente do gênero específico das cartas³.

Para Loyola e seus companheiros, a instituição epistolar jesuítica era a espinha dorsal da empresa missionária da Companhia de Jesus no século XVI. Eisenberg (2000) reconhece tal importância. De acordo com o autor, esse era o meio de comunicação institucional da Ordem, contendo relatos dos acontecimentos nas casas jesuíticas e notícias gerais da Colônia. “Mesmo silêncios e omissões nas cartas contam algo a respeito da atividade jesuítica, aquilo que não deveria ser dito ou que precisava ser ocultado” (EISENBERG, 2000, p. 49).

Vislumbrei, ainda, as *Constituições Jesuíticas de 1556* como determinações que constroem práticas e representações específicas. Para tanto, procurei analisar as mudanças que podem ser verificadas nas representações que abordei tanto antes quanto posteriormente à publicação das *Constituições*. Nesse sentido, cabe citar o esclarecimento feito por Eisenberg (2000), segundo o qual:

¹ Doutorando em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² As cartas de Nóbrega nas quais encontrei referência a ensino, escola e aluno e de que farei uso neste texto são: a padre mestre Simão Rodrigues de Azevedo (1549); a padre mestre Simão (Bahia, 9/8/1549); ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra (da cidade de Salvador, 10/8/1549); a padre Simão Rodrigues (Porto Seguro, 6/1/1550); aos padres e irmãos (de Pernambuco, 1551); ao padre provincial de Portugal (da Bahia, 1552); a padre mestre Simão (da Bahia, 1552); a padre Inácio de Loyola (de Piratininga, 1556); do quadrimestre de janeiro a abril de 1557, a padre Inácio de Loyola (da Bahia); ao provincial de Portugal (da Bahia, 1557); aos padres e irmãos de Portugal (da Bahia, 5/7/1559).

³ Segundo Hansen, “pode-se dizer que a correspondência jesuítica do século XVI é inicialmente articulada como informação em uma ‘carta familiar’, ou como relação dialógica de um destinador que envia informações a um destinatário, constituindo-se ambos, na escrita, como ‘amigos’ e ‘Irmãos em Cristo’ – por exemplo, Nóbrega e seu ex-colega Simão Rodrigues, em Lisboa, ou seu professor, o Dr. Azpilcueta Navarro, em Coimbra” (HANSEN, 1995, p. 90).

especialmente durante a fase de desenvolvimento institucional da Companhia de Jesus (1547-1559), os jesuítas espalhados por todo o globo eram freqüentemente forçados a produzir e adaptar normas para regular o funcionamento de suas casas, escolas e missões. Isso porque, antes da promulgação das *Constituições* em 1558, as únicas normas vigentes na Companhia eram aquelas contidas na Fórmula do Instituto. Durante essa fase de consolidação da Companhia de Jesus, muitas das normas que regulavam as atividades dos jesuítas foram produzidas localmente e justificadas por aqueles que as produziram por meio do envio periódico de cartas (EINSENBURG, 2000, p. 46).

Apesar de Eisenberg (2000) ter colocado 1558 como o ano da promulgação das *Constituições*, Nóbrega registra a chegada do documento no ano de 1556. Veja-se:

nestes termos nos tomaram as *Constituições*, que este anno de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de nol-as mandar, pelas quaes entendemos não devermos ter cargo nem de gente para doutrinar na Fé; ao menos em nossa conversação conhecemos também não poderem os Irmãos ter bens temporaes nenhuns, si não for collegio (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega para Pe. Inácio de Loyola – Piratininga, 1556, grifos meus).

Tomei, pois, como *referencial* a tese segundo a qual as cartas eram papéis que justificavam e sistematizavam a prática missionária antes da publicação oficial das *Constituições*. Procurei estar atento aos ditos e não-ditos, como salientou Eisenberg (2000), sabendo que este documento já havia chegado à América portuguesa no ano de 1556. Assim, a análise adiante tem como pano de fundo a questão: existe modificação na representação de escola, ensino e aluno nas cartas após a chegada das *Constituições*? E, se existem, quais são elas?

Ao pensar no caráter germinativo que abriga as cartas de Manoel da Nóbrega estruturei esse estudo em múltiplas vertentes de análise. A opção pelos itens em forma de tópicos de um glossário, apresentados no decorrer desse texto, se deu em função da escolha dos fragmentos das missivas. Num primeiro momento, busquei compreender a necessidade da docilidade dos alunos, passando pelas conseqüências da instrumentalização dos meninos e da percepção de que as crianças significariam uma possibilidade mais fértil de se atingir os objetivos propostos até chegar à discussão de que houve preocupação com a construção de espaços específicos para o “doutrinação”. Logo em seguida, apresento algumas considerações sobre aspectos que são fruto da pesquisa sobre as fontes citadas. Vamos às cartas, pois.

As Cartas de Manuel da Nóbrega: entre práticas e representações

As relações que se desenvolvem na correspondência se dão, fundamentalmente, entre o jesuíta, os colonos, as autoridades e o índio – este último, na maioria das vezes,

também aluno dos jesuítas, talvez seja o objeto central dessa trama. No entanto, há que ressaltar que este aborígine, ao qual as cartas se referem insistentemente, não tinha voz ativa nesse processo, visto que estas informam muito mais sobre os modos de pensar e agir dos jesuítas do que sobre o índio.

Alunos bons e submissos

Certamente na primeira carta que escreveu após sua chegada à América portuguesa – em que relatava o advento à Bahia –, após falar do estado da terra, Nóbrega deixou claro que o ensinar tinha como primeira intenção a conversão ao cristianismo. Nota-se, também, que existia divisão de tarefas entre os membros da Ordem e que as primeiras escolas eram simplesmente de “ler e escrever”. Acompanhe-se:

O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem eschola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os Índios desta terra, os quaes têm grandes desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos. Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na Fé até serem hábeis para o baptismo (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. mestre Simão Rodrigues de Azevedo – Bahia, 1549, grifos meus).

Evidencia-se o ânimo de Nóbrega ao perceber que os nativos “têm grandes desejos de aprender”. Essa ânsia era medida, sem dúvida, pelo assombro e pela “admiração” que os índios manifestavam diante de gente, gestos e palavras que nunca tinham visto ou escutado. O jesuíta, por enquanto, ainda praticava a “via amorosa” para converter (Cf. PÉCORA, 1999).

No entanto, Nóbrega ressalta, na mesma carta, que “Cá não são necessárias lettras mais que para entre os Christãos nossos, porém virtude e zelo da honra de Nosso Senhor é cá mui necessario”. A questão da vivência das virtudes aparece, pois, como pedra fundamental na construção da “empresa missionária”.

Nóbrega gostava de ressaltar que os índios imitavam seus atos e gestos. Veja-se seu relato, quando de sua chegada à América portuguesa, cujas expressões indicam que a catequese lutou, desde o início, pela transformação dos costumes “dessemelhantes” e que esta era a sua principal empreitada. Os *Exercícios espirituais* de Loyola (1952) destacam que um grande impedimento à salvação da alma “é a soberba e a vida deliciosa” (Exame para o primeiro dia, n. 6). Indubitavelmente, “comer carne humana e ter mais de uma mulher” era a “vida deliciosa” para o nativo. Era missão difícilíssima, pois, para a alma ascética jesuítica, entender ou aceitar costumes tão diversos daqueles propostos pelos *Exercícios*. É o que evidenciam o texto e suas informações:

Todos estes que tratam comnosco, dizem que *querem ser como nós*, senão que nom tem com que se cubrão como nós, e este soo

inconveniente tem. (...)e já hum dos *principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube ho ABC todo, e ho indinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser christão e nom comoer carne humana, nem ter mais de huma molher e outras cousas* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Simão Rodrigues – Bahia, 10/4/1549, grifos meus).

Interessante a estratégia de começar “convertendo” o “principal” ensinando-lhe a ler. Para o antropólogo Baeta Neves, contudo, a conversão do chefe é a conversão certa de toda a tribo (Cf. NEVES, 1978).

O excerto seguinte destaca que o maior impedimento para a catequese inicial recaía sobre a questão dos hábitos indígenas, classificados pelo jesuíta como “maus costumes”, como se depreende da citação abaixo:

Convidamos os meninos a ler e escrever e conjunctamente lhes ensinamos a doutrina christã (...), porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e têm grande inveja e vontade de aprender e desejam ser christãos como nós outros. Mas somente o impede o muito que custa tirar-lhe os maus costumes delles, e nisso está hoje toda a fadiga nossa (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra – Salvador, 10/8/1549, grifos meus).

Vejam-se, agora, os relatos que Nóbrega oferece no período *posterior* à chegada das *Constituições*, em 1557, a respeito da alta qualidade dos alunos:

aqui há 30 moços de eschola nesta aldeã, e na de Simão haverá 60 ou mais, aprendem muito bem e ha muitos entre elles de muito bom engenho; os mais d’elles sabem a doutrina toda e sabem o essencial da Fé, que em perguntas, á maneira de diálogo, lhes ensinam na sua língua; têm grande obediência aos Padres, ninguém da aldeã vai fora sem pedir licença aos Padres (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Loyola – quadrimestre de janeiro até abril de 1557, grifos meus).

Na mesma carta, o sacerdote não deixava dúvidas sobre a questão da sujeição dos índios aos padres. O recurso pedagógico usado agora era o medo, e não mais a “via amorosa” dos primeiros anos de experiência missionária. A prática mostrava que apenas este método tornaria possível a conversão:

assim que por experiencia vemos que por amor é mui difficultosa a sua conversão, mas, como é gente servil, por medo fazem tudo, e posto que nos grandes por não concorrer sua livre vontade, presumimos que não terão fé no coração (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Loyola, quadrimestre de janeiro até abril de 1557, grifos meus).

O excerto é claro: Nóbrega valia-se do argumento da experiência para admitir que “a conversão pelo convencimento era inviável”; ele encontrou “na sujeição o caminho apropriado para persuadir o gentio a abraçar o cristianismo” (RAMINELLI, 1996, p. 73).

No trecho seguinte, percebe-se que apenas um ano após a chegada das *Constituições* o ensino já ganhava uma maior sistematização. Vejam-se as referências à figura do reitor, à separação por classes dos mais ou menos adiantados etc. É interessante observar como a chegada do documento mudou a prática e a representação de ensino, escola e aluno:

Na cidade reside o padre Antonio Pires, como *Reitor da Casa*, com o padre Ambrosio Pires, o qual agora tem cuidado de *ter uma classe aos que mais sabem de latim*, e tem também a seu cargo as pregações da cidade; *ficaram com Antonio Blasquez os que menos sabiam*; há na mesma Casa, assim mesmo, eschola de ler a alguns meninos do Gêtio, e *com elles se ensinam outros da cidade*, e de todos tem cuidado um Irmão; *os estudantes de fora*, não são mais que três ou quatro moços capellães da Sé; mas de casa são onze ou doze, d'elles irmãos, e outros moços orphãos, d'aquelles que pareceu *mostrarem e terem melhor habilidade para estudarem* e melhores partes *para poderem ser da Companhia* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao padre provincial de Portugal – Bahia, 1557, grifos meus.)

Ao analisar, portanto, o tópico que se concentrou sobre a questão “bons alunos”, percebi o quanto é evidente que um dos maiores entraves para o sucesso da empresa missionária eram os costumes dessemelhantes, os quais eram classificados como “maus costumes” (no caso, principalmente o comer carne humana, o ter mais de uma mulher, as guerras, a nudez, as festas e bebedeiras e afins).

Sobre a instrumentalização dos meninos alunos

Veja-se o grande entusiasmo do jesuíta pelas primeiras experiências missionárias junto aos nativos. O período é *anterior* à chegada das *Constituições* à América portuguesa, quando era constante esse traço de exultação. Acompanhe-se:

Onde quer que vamos *somos recebidos com grande boa vontade*, principalmente *pelos meninos, aos quaes ensinamos. Muitos já fazem as orações e as ensinam aos outros* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra – Salvador, 10/8/1549, grifos meus).

No excerto que se segue, nota-se que os que já haviam recebido o batismo vivem apartados dos demais, dando a entender que havia uma diferenciação relevante entre batizados e não batizados e que a separação entre uns e outros era prática comum. Atente-se:

O padre Navarro estava (como ainda está) em suas aldeias, pregando aos grandes e *ensinando a ler e a fazer orações aos pequenos (...)*. Esperamos por todas as vias *fazer-lhes deixar os muitos maus costumes* que têm, e *desejamos congregar todos os que se baptisam apartados dos mais* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus).

O texto que se segue oferece informações sobre o fato de os meninos nativos serem intérpretes no sacramento da penitência. De fato, as crianças eram o instrumento de mediação e de comunicação entre padres e indígenas, mesmo em momentos sagrados como o dos sacramentos (Cf. NEVES, 1978). Veja-se, nesse sentido, o relato do próprio Nóbrega, que constatou a ajuda dos meninos, como intérpretes, como instrumento fundamental no sacramento da confissão, sem nenhum prejuízo ao sigilo sacramental. Acompanhe-se o texto e suas informações:

Nesta casa estão *os meninos da terra feitos a nossa mão. Com os quais confessávamos alguma gente da terra que nom entende a nossa fala, nem nós a sua, (...)no qual a experiência nos ensina aver-se feyto fruto muyto e nenhum prejuízo ao sigilo da confissão* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Bahia, fins de julho de 1552, grifos meus).

A instrumentalização dos alunos também pode ser observada nos textos de Nóbrega do período *posterior* à chegada das *Constituições*, quando destacava que os meninos ensinavam a doutrina a seus pais à noite. Atente-se:

Depois uma hora, de noite, se *tange o sino e os meninos têm cuidado de ensinarem a doutrina a seus paes e mais velhos e velhas*, os quaes não podem tantas vezes ir á igreja e *é grande consolação ouvir por todas as casas louvar-se Nosso Senhor e dar-se gloria ao nome de Jesus* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega aos padres e irmãos de Portugal – Bahia, 5/7/1559, grifos meus).

Tal instrumentalização dos meninos consistia, pois, no uso do serviço das crianças, tanto órfãos de Portugal como autóctones, para a propagação da doutrina pelas aldeias e, acima de tudo, para evangelização dos pais. Os meninos também eram úteis na execução do sacramento da confissão.

Sobre a preferência de ensinar às crianças

De onde vinha o interesse dos missionários em tomar para si a criança como “lugar” de investimento certo? De acordo com a tese de Viveiros de Castro tal interesse vinha da questão da inconstância. Para o autor, uma das estratégias catequéticas que a imagem da inconstância ocasionou é que “mais proveitosa que a precária conversão dos adultos” era “a educação das crianças longe do ambiente nativo” (1992, p. 190). Nesse sentido, para o autor, o obstáculo a superar não era a presença de uma doutrina inimiga, mas o canibalismo e a guerra de vingança, as bebedeiras, a poligamia, a nudez, a ausência de autoridade centralizada e de implantação territorial estável, o que os primeiros jesuítas rotulavam mais simplesmente de “maus costumes”. (Cf. CASTRO, 1992)

Cabe aqui, pois, ressaltar a narrativa de Pe. Manuel da Nóbrega, quando constatou que dos meninos, diferentemente dos mais velhos, podia-se esperar muito fruto. Nas crianças ele não via oposição ao que ensinava - como era de se esperar. Acompanhe-se:

Visitei algumas aldeias delles e acho-lhes bons desejos de conhecer a verdade; e instavam para que ficasse no meio delles, e si bem que seja difficil fazer desarraigat aos mais velhos as suas más usanças, *com os meninos, porém, se póde esperar muito fructo, porque não se oppõem quase nada á nossa lei* e assim me parece que esteja aberta a porta para muito ajudar as almas nesta terra (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus).

No ano seguinte, Nóbrega salientava a firmeza e a constância que se poderia esperar dos mais jovens. Nos seus próprios termos:

Principalmente pretendemos ensinar bem os moços, porque estes bem doutrinados e acostumados em virtude, serão firmes e constantes, os quaes seus Paes deixam ensinar e folgam com isso (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega aos padres e irmãos – Pernambuco, 1551, grifos meus).

Ao mesmo tempo em que Nóbrega percebia alguns sinais de constância nos nativos, as reclamações sobre a inconstância não poderiam deixar de existir, principalmente em relação aos adultos. Há que considerar, contudo, que *a constância é recomendada nas Constituições como virtude fundamental para os escolares*. Nesse sentido, o jesuíta deixa claro que não era possível a um catecúmeno ser batizado sem antes ser provado na fé, o que implicava um certo tempo de perseverança na vivência das virtudes e dos “bons costumes”. O trecho é do *período posterior à chegada das Constituições*. Leia-se:

mas todavia não se baptisam até mais serem provados, porque como estes Índios têm tantas occasiões para tornarem atraz e muitos tornarão, não ousam os Padres a baptisar, sem primeiro muito os provarem... (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Loyola, quadrimestre de janeiro até abril de 1557 – Bahia, 1557, grifos meus).

Para entender a preferência pelo ensino das crianças em Nóbrega há, portanto, que recorrer ao problema da inconstância, apontado pelo jesuíta como um mal a ser vencido. A criança era um investimento mais seguro, já que o inimigo a ser combatido em terras brasílicas não era a heresia, mas “os costumes diabólicos”, e quanto mais jovem fosse aquele a quem se ensinava, menos arraigados estariam estes.

Sobre a construção de escolas

Pareceu-me que a primeira preocupação de Nóbrega em relação à edificação de colégios era com a localização. Outra preocupação do padre dizia respeito ao espaço para construir hortas e pomares. Atente-se:

Eu trabalhei por *escolher um bom logar para o nosso Collegio* dentro na cerca e somente achei um (...), e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais que dez braças, posto que tenha ao comprido da costa quarenta, e não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa mui íngreme, e com muita sujeição da cidade. (...) e está logo ahi uma aldeã perto, *onde nós começamos a baptisar, em a qual já temos nossa habitação*. Está sobre o mar, *tem água ao redor do Collegio, e dentro delle tem muito logar para hortas e pomares; é perto dos Christãos, assim velhos como novos* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Mestre Simão – Bahia, 9/8/1549, grifos meus).

Na carta que escreveu no ano de sua chegada à Bahia, é evidente a preocupação de Nóbrega em relação à construção de novas casas onde se pudesse ensinar. Essa era a primeira providência tomada quando da chegada a um novo lugar. Acompanhe-se:

Em duas das principaes aldeias de que tem cargo, *fizeram-lhe uma casa onde esteja e ensine aos cathecumenos; em outra aldeia, também próximo a esta cidade, fizemos uma casa a modo de ermida, onde um de nós está incumbido de ensinar e pregar aos baptisados* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra – Salvador, 10/8/1549, grifos meus).

No trecho que se segue, veja-se a preocupação do jesuíta com o futuro: um lugar cobiçado por ele para edificar um colégio. Acompanhe-se o texto:

existe entre a cidade e a aldeia ao pé de um rio *um logar*, segundo o parecer de todos os Irmãos, *muito a propósito e conveniente para se fazer um collegio...* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus).

Na mesma carta, Nóbrega discorria sobre os custos da construção de um colégio, ressaltando que não eram tão elevados. Veja-se:

Esperamos também resposta de Vossa Reverendíssima para *começar o collegio do Salvador na Bahia, no qual não tanto gastaremos como pensaes, porém com cem crusados se poderão fazer moradias de taipa que bastem para principiar. Os estudantes com pouco se manterão. Poder-se-hia até faze-las de pedra, si assim parece a Vossa Reverendíssima, porque agora há muito boa cal.* (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus.)

No ano seguinte, já denotando uma certa expansão da empresa missionária jesuítica, Nóbrega ordenou que se fizessem casas de ensino em todas as capitânicas. Atente-se que o jesuíta dá a entender que os “moços dos Gentios” aprendiam na mesma casa que os filhos dos cristãos, o que faz supor aulas para ambos, no mesmo espaço e, provavelmente, simultaneamente:

por cada uma das capitânicas tenho ordenado que se façam casas para se recolherem e ensinarem os moços dos Gentios, e também dos Christãos; e para nellas recolhermos algumas línguas para este effeito (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega aos padres e irmãos – Pernambuco, 1551, grifos meus).

No ano de 1552, Nóbrega parecia ainda mais entusiasmado com o baixo custo para construção de um colégio na Bahia e até dispensava a ajuda material do colégio de Coimbra:

Nesta terra, custa muito pouco fazer-se um collegio e sustentar-se, porque a terra é muito farta, e os meninos da terra sustentam-se com pouco, e os moradores muito afeiçoados a isso, e as terras não custam dinheiro; (...)e mais agora mando fazer algodoaes para mandar lá muito algodão, para que mandem pannos, de que se vistam os meninos, e não será necessário que o colégio de Coimbra cá nos ajude sinão com orações (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega para o padre provincial de Portugal – Bahia, 1552, grifos meus)

Formar “soldados para Cristo” era o objetivo principal da criação de novas casas de ensino. A Companhia desde cedo percebeu que um meio eficaz de realizar sua missão estava na concentração de esforços em casas de ensino. Daí a importância dada à edificação de casas para este fim:

Já tenho escripto por vezes a Vossa Reverendíssima como nestas partes pretendíamos criar meninos de Gentio, por ser elle muito, e nós poucos, e sabermos-lhe mal fallar em sua língua, e elles de tantos mil annos criados e habituados em perversos costumes, (...): trabalhamos por dar principio a casas, que fiquem para emquanto o mundo durar, vendo que na Índia isso mesmo se pretende, e em outras partes muitos collegios, em que se criem soldados para Christo (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. mestre Simão – Bahia, 1552, grifos meus).

A construção de novas casas onde se pudesse ensinar constituía, pois, preocupação central de Nóbrega nos primeiros anos de sua estada na América portuguesa. Assim, vê-se o quanto o jesuíta não mediu esforços a fim de efetivar a doutrinação daquela gente “perversa”, que “não conhecia a Deus” (pelo menos, o Deus cristão) e necessitava de alguém que os apresentasse a Ele. Os jesuítas foram, nesse sentido, aqueles que “apresentaram” Deus ao gentio através da civilização⁴. As escolas foram, desta forma, “templos de civilização” e se constituíram em lugares onde Deus era conhecido.

“Terra de Santa Cruz”, mais cruz do que santa: algumas considerações

O trabalhar com as cartas foi, acima de tudo, um esforço de se compreender e conhecer melhor a “terra dos papagaios”, a América portuguesa do século XVI: “Terra de Santa Cruz”, mais cruz do que santa.

Posso dizer, contudo, que esse texto caminhou na direção de mostrar que a chegada das *Constituições* determinou uma mudança significativa na prática no interior das casas

⁴ Na Apresentação do livro de Moreau, Hansen destaca que civilizado era “europeu, português, branco, macho, fidalgo, católico e letrado” (*apud* MOREAU, 2003, p. 20).

jesuíticas da América portuguesa. Pelo que foi analisado, tal hipótese pôde ser verificada. A organização interna das casas e o trato com o nativo mudaram substancialmente, transformações que podem ser acompanhadas – e que são descritas – nas cartas: divisão em classes, modificação no currículo escolar, distribuição das tarefas entre padres e irmãos e questões afins.

Se a organização do ensino e o trato com o nativo mudaram, isto se deve ao fato de que o jesuíta mudou. À medida que ensinava, o padre também aprendia e tomava novos caminhos em sua prática. Deixava, por exemplo, a “via amorosa” dos primeiros anos e abraçava a via da experiência... Nessa direção, posso considerar que as missivas informam muito mais sobre os modos de pensar e agir dos jesuítas do que sobre o índio. Noutras palavras, a “Terra de Santa Cruz”, pôde ser vista mais cruz do que santa...

Referências Bibliográficas

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**. São Paulo, Edusp, n. 35, 1992.

CONSTITUCIONES de la Compañia de Jesus. In: **Obras completas de San Inácio de Loyola**. Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1963.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

HANSEN, João Adolfo. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil: Nóbrega (1549-1558). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 38, 1995.

LOYOLA, Inácio. **Exercícios espirituais**. 3. ed sobre a primeira de Coimbra, 1726. Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro-Editor, 1952.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo, Annablume, 2003.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manuel. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

PÉCORRA, Alcir. Cartas à Segunda Escolástica. In: NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.